
002ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 12ABR2017

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa noite. Fazemos a leitura do edital: “Audiência Pública com o objetivo de debater a importância da qualificação da TVE/RS e da Rádio FM Cultura/RS como bens culturais imateriais do Município de Porto Alegre. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para Audiência Pública a ocorrer no dia 12 de abril de 2017, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada à Av. Loureiro da Silva, 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 23 de março de 2017. Ver. Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Ver.^a Sofia Cavedon; o Sr. Eduardo Paim, representante da Secretaria Municipal da Cultura, Chefe de Gabinete; a Sra. Gabriela Barenho, representante do Sindicato dos Radialistas; o Sr. Paulo Gilberto Alves de Azevedo, representante do Sindicato dos Jornalistas; a Sra. Cristina Charão, representante do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura. Com a palavra, a Sra. Presidente desta Audiência, Ver.^a Sofia Cavedon.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, nosso chefe de cerimonial. Cumprimento a todas e a todos. Registro e agradeço a presença da Ver.^a Fernanda Melchionna, que, por enquanto, é a Vereadora que acompanha a audiência, além de mim. Agradeço a presença do Eduardo Paim, Chefe de Gabinete do Secretário Luciano Alabarse, da Secretaria Municipal da Cultura; da Gabriela Barenho, representante do Sindicato dos Radialistas; do Paulo Gilberto Alves de Azevedo, representante do Sindicato dos Jornalistas; e da Cristina Charão, representante dos servidores e das servidoras da TVE e FM Cultura.

Nós solicitamos esta Audiência Pública porque, nesse processo todo de debate e de intenção ou de autorização ao Governador do Estado para extinção da TVE e da FM Cultura, duas instituições históricas do Rio Grande do Sul, há, na sociedade, na classe

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

artística, uma grande resistência, um movimento importante em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. São muitas manifestações simbólicas, abaixo-assinados, enfim, em que a população se coloca contrária, e nós temos essa posição também, porque todos nos sentimos um tanto proprietários, donos e donas dessas duas instituições, que são parte de nós, da nossa história, da nossa cultura, da nossa identidade, principalmente porque são grandes instrumentos de fomento da cultura em Porto Alegre, de acesso à cultura, de apoio, de incentivo, de fortalecimento dos nossos artistas, da produção, da arte, da investigação, da memória e, também, da disputa de uma comunicação mais crítica ou que, pelo menos, permita a visão de vários ângulos, principalmente uma comunicação não submetida ao financiamento econômico. Enfim, toda a comunicação que tem um financiamento tem que responder a interesses que não são os interesses republicanos, majoritariamente pelo menos. Então, há muitos motivos para nós, como Câmara Municipal, também nos envolvermos, recebermos e acolhermos essas manifestações.

Especificamente nesta audiência pública, queremos conversar um pouco mais sobre a ideia da proteção desse patrimônio, como podemos fazer a proteção simbólica do patrimônio cultural, que são a TVE e a FM Cultura. Nós entramos com uma iniciativa de lei para fazer o tombamento imaterial. Apresentamos o projeto de lei e a nossa Procuradoria identificou a Lei nº 9.570, de 13 de agosto de 2004, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, que constituem em patrimônio cultural do Município de Porto Alegre, e, infelizmente, ou para o bem ou para o mal, enfim, tem uma definição clara de quem são as entidades legítimas para provocarem a instauração do processo de registro. O inciso I desse art. 2º indica o Secretário Municipal de Cultura como legítimo para provocar a instauração desse processo. O inciso II fala nas instituições vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura. O inciso III fala em sociedades ou associações civis. Tem todo um procedimento a fazer, então nós transformamos o nosso projeto de lei em uma indicação à Prefeitura Municipal de Porto Alegre para fazer esse processo de tombamento. Esta audiência pública já tem a intenção de colher elementos para esse processo. Agradecemos assim a presença do Eduardo, representando a Secretaria Municipal de Cultura, que certamente, depois, transmitirá ao Secretário, para que a gente possa construir essa parceria ou, pelo menos, o processo de identificação, de caracterização. Nós temos o convencimento, mas também sabemos que tem o processo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

legal, um determinado ritual e burocracia, que é importante cumprir, mas temos a disposição de ajudar a construir esse processo. Gostaríamos de abrir esse canal, e esta audiência também tem esse sentido.

Antes das manifestações, quero convidar o nosso cantor, compositor, Raul Ellwanger, que vai representar a classe cultural da forma mais significativa, representativa, cantando duas canções para nós. Muito obrigada pela presença. Microfone para o violão e para o cantor, por favor.

O SR. RAUL ELLWANGER: Boa noite pessoal. Obrigado, Vereadora, pelo convite. Só quero trazer três minutos de música. Estamos falando justamente num meio de comunicação audiovisual importantíssimo. Vou tocar uma canção para amenizar o ambiente.

(Procede-se a apresentação da música.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Raul. Maravilhoso, como sempre. Passo a palavra para a representante do movimento dos servidores e das servidoras da TVE e FM Cultura, Sra. Cristina Charão.

A SRA. CRISTINA CHARÃO: É sempre difícil falar depois de ouvir essa música, porque é super emocionante. Boa noite a todos os presentes aqui. Em nome da Fundação Piratini, nós, que somos os trabalhadores que diariamente realizam e colocam no ar a programação da TVE e da FM Cultura, agradecemos a oportunidade e a generosidade com que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre acolhe esse debate sobre a comunicação pública, um debate que tem sido sonegado aos gaúchos e gaúchas pelo Governo do Estado. Nesse sentido, eu registro um agradecimento especial ao mandato da Ver.^a Sofia Cavedon, que é a proponente dessa audiência e autora da proposta de tombamento da TVE e da FM Cultura como patrimônio imaterial e cultural de Porto Alegre.

A primeira coisa que acho que vale registrar é que a proposta de tombamento caminha na mesma direção do que há muito tempo nós, servidores da TVE e FM Cultura, defendemos, o reconhecimento da comunicação pública como um direito que garante

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

diversidade, pluralidade, representatividade no sistema de comunicação e, por com sequência, na vida de todos nós. E quando a gente fala em vida, a gente está falando de vida mesmo, nas coisas aparentemente mais banais e mais desafiadoramente profundas. Então, não creio que seja preciso lembrar o papel que os meios de comunicação cumprem como elemento central na constituição das nossas identidades, sejam elas individuais ou coletivas, e nem o papel desses mesmos meios de comunicações, como agentes nos debates que decidem os rumos da sociedade. Em uma outra esfera, seja na esfera das identidades ou na esfera da política, uma verdadeira democracia não pode prescindir de diversidade, e esta tem sido a contribuição histórica da TVE e da FM Cultura. Não existe um Rio Grande do Sul do qual não faça parte as transmissões do Festival de Gramado, das atividades relacionadas ao 20 de Setembro e, com especial significado para Porto Alegre, da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, da Feira do Livro e dos desfiles das escolas de samba da Capital. Não existe um Rio Grande do Sul que não seja constituído pelos personagens do Pandorga, pela programação de música clássica, brasileira e gaúcha da FM Cultura, pelas carreiras de tantos cineastas que começaram experimentando na TVE, de tantos músicos que começaram tocando no Radar ou no Galpão Nativo, de tantas personalidades que foram ouvidas no Primeira Pessoa. Não existe um Rio Grande do Sul cuja disputa política e identidade democrática não tenha sido construída também nos tantos debates realizados nas programações das emissoras e nas tantas coberturas de processos eleitorais já feitos, tanto pela rádio como pela tevê. Tudo isso pode ser facilmente encontrado no acervo da Fundação Piratini, afinal, são mais de 35 mil horas de gravações no arquivo da TVE e um imenso acervo musical catalogado pela FM Cultura. Um acervo que é público no sentido do seu acesso, mas especialmente é público no sentido de que aquilo que o constitui não representa no seu conjunto uma única versão da história.

O tombamento da TVE e da FM Cultura como patrimônio imaterial e cultural de Porto Alegre não se refere apenas ao que foi feito no passado, diz respeito ao papel que as duas emissoras cumprem no presente e que a gente quer e luta para que continuem cumprindo no futuro. O que a TVE e a FM Cultura entregam diariamente, há mais de quatro décadas, é um jeito diferente de registrar quem somos e um espaço mais amplo que permite a participação de mais gente na tarefa de decidir para onde vamos. É esse o patrimônio que está ameaçado agora e é esse o patrimônio que estamos aqui para

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

defender. As ameaças das quais nos defendemos são duas e ambas vêm do mesmo lugar, da coalizão de interesses que sustenta o atual Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Uma coalizão entre o grande empresariado e os interesses paroquiais dos partidos do Governo, que, nesse caso, não parece ser uma coalizão tão coesa assim, mas que, da mesma forma, segue ameaçadora. Em dezembro, a aprovação dos diferentes projetos de lei que permitiram a extinção de autarquias, empresas públicas e fundações teve como argumento principal, e não por acaso significativamente reproduzido com entusiasmo pela mídia privada local, a tal da austeridade. Tudo deveria ser fechado, selado, esquecido em nome de um corte de gastos patético de menos de 0,5% do orçamento. Nesse contexto, Secretários Estaduais defendiam o fechamento da TVE e da FM Cultura, a demissão dos funcionários e a retirada dos dois sinais do ar. Por outro lado, o discurso da manutenção das duas emissoras em um novo modelo de gestão, entre muitas aspas, nunca deixou de existir. Sempre que cobrados pela sociedade gaúcha, que notoriamente vem se mobilizando contra a extinção das fundações como um todo e da Fundação Piratini em especial, sempre que confrontado com essa pergunta, diferentes membros do Governo foram se refugiar na promessa de que nem a TVE nem a FM Cultura deixariam de existir, e alguns incautos têm caído nessa trova. É preciso ficar claro que o discurso da demolição total e do salgar a terra para que nada mais cresça no lugar das fundações que estão à beira de extinção, até hoje defendida pelos representantes dos setores do agronegócio e empresariais, lembrando nesse caso que as pesquisas e as campanhas publicitárias que sustentaram a aprovação desses projetos de lei em dezembro foram pagas e muito bem pagas e muito bem defendidas pela FIERGS, pela Federasul, pela Farsul, pela Fecomércio, portanto nós estamos falando realmente dos grandes empresários do Estado. Se essa ideia de que a aniquilação desse patrimônio público parece ter perdido força nos últimos meses, seja em função de que o próprio discurso da austeridade não combina com a ideia de apenas uma economia de 0,5% do orçamento, seja porque os trabalhadores se mobilizaram no sentido da defesa do patrimônio e obviamente dos seus meios de vida, dos seus meios de sobrevivência, conseguindo na Justiça que nós não fôssemos demitidos de imediato como estava previsto inclusive, principalmente pela gestão da Fundação Piratini, que, lembrem, nos proibiu de voltar ao trabalho colocando Brigada Militar na porta da Fundação Piratini para que nós, trabalhadores, sequer voltássemos da nossa mobilização na Praça da Matriz ao

trabalho. Por essas duas razões, nos parece que o discurso da aniquilação total tenha recuado, só que precisamos ficar atentos porque ele sempre anda por aí e tem muito poder.

Por outro lado, o discurso do novo modelo de gestão, novamente registrando com muitas aspas, ele ganha força nas últimas semanas, nos últimos meses, e é preciso desmarcá-lo. O projeto em questão significa igualmente a extinção da TVE e da FM Cultura na medida em que entrega a gestão das duas emissoras a duas estruturas que nada têm de pública: o Gabinete do Governador e uma organização privada, a Associação de Amigos pela TVE e pela FM Cultura. O tombamento das duas emissoras como patrimônio imaterial e cultural de Porto Alegre está dentro dessa luta, da luta pela preservação da TVE e da FM Cultura públicas. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Gabriela Barenho, do Sindicato dos Radialistas, está com a palavra.

A SRA. GABRIELA BARENHO: Eu, como representante dos trabalhadores radialistas – e acho que posso dizer aqui jornalistas também –, da Fundação Piratini, não poderia deixar de passar por aqui sem chamar a atenção para a importância do patrimônio intelectual e imaterial da Fundação Piratini. São mais de 240 servidores que dedicaram as suas vidas e as suas carreiras para desenvolver uma programação de qualidade e que atendessem o interesse público dos gaúchos e das gaúchas. São profissionais qualificados, que estudaram, que se aperfeiçoaram, que se especializaram e, principalmente, optaram, através da prestação do concurso público, por ser um servidor do interesse público, esse é um ponto que faz muita diferença. Então, no meu breve discurso, o que eu deixo aqui é um apelo para que a Cidade, o Município tome para si a responsabilidade de assumir esse compromisso com a cultura do Estado, a cultura que é um valioso patrimônio de qualquer Município e de qualquer Estado que tenha compromisso com o seu cidadão. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Gabriela e Cristina. O Sr. Paulo Gilberto, do Sindicato dos Jornalistas, está com a palavra.

O SR. PAULO GILBERTO ALVES DE AZEVEDO: Boa noite a todas as pessoas; eu gostaria de agradecer a Ver.^a Sofia Cavedon. Eu acho que, com tudo o que está acontecendo, ela foi uma das pessoas que abriu uma discussão que eu acho que deveria ser permanente com relação a quem representa muito bem a cultura de música, de teatro, de qualquer expressão, aqui dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria dizer ao Raul Ellwanger que, até gostaria de ser injusto, a música que ele acabou de apresentar para nós – que é uma das coisas mais lindas aqui do Estado – só tem a FM Cultura para executar, e para termos acesso a esse espaço de construção de músicos. E até há caso de repercussão do menino que está fazendo o maior sucesso – se não me engano o nome dele é Thomas –, o primeiro espaço que ele teve foi na TVE, mas isso ninguém lembra. É uma coisa que passa muito batido. E esse momento para nós está sendo muito difícil e não é uma luta para manter os nossos empregos. Isso é muito maior do que as nossas contas para pagar, de a gente desenvolver um trabalho e não aceitar a justificativa de que nós temos uma empresa que, no nosso modo de ver, é pública e que não está aparelhada por um partido político, porque eu acho que há uma diferença bem grande entre um partido que incentiva uma TV e uma rádio e um outro partido que quer acabar com uma rádio e uma TV pública, ainda mais contando muita inverdade, porque o custo para manter uma TV e uma rádio é muito pequeno, sendo do jeito que é.

Então eu acho que precisamos acordar porque hoje nós estamos sendo assaltados, tanto no Estado quanto no País e em muitos lugares do mundo. Eu acho que essa discussão está sendo um pouco tardia, mas eu acho que ainda dá tempo, e que, se conseguirmos reverter, temos que seguir essa discussão de manter as nossas coisas vivas para que os nossos filhos, os nossos netos saibam o que realmente acontece quando uma emissora de TV e de rádio não têm interesse por parte de nenhum poder econômico. Eu acho que isso é uma essência – no outro dia a TVCâmara foi lá – de tu fazeres um jornalismo puro, sem interesse, não reclamar. Como ontem, teve uma reclamação de que as matérias chegavam numa emissora grande aqui do Brasil, dizendo que as matérias chegavam em cima da hora e que não dava tempo de editar. Sim, quando você quer manipular uma matéria, você usa a palavra “editar”. Assim fica muito fácil. É este espaço que a gente não pode perder para contrariar este massacre que, às vezes, eu, como jornalista, fico envergonhado, de a gente estar perdendo uma tevê, que, na verdade, não era para ter partido, e ver esse massacre das grandes famílias que mantêm a mídia. Eu gostaria de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

agradecer e pedir para que todo o mundo tente manter a tevê, porque vai ser um desastre se acontecer este plano que o Governo Sartori está planejando, porque, na verdade, o Estado vai triplicar os gastos se ele conseguir implantar o que ele está tentando implantar, porque, para determinadas pessoas que são amigas do Governo vai ser ótimo, mas para a sociedade gaúcha vai ser um desastre. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Hoje, me surpreendi, vi mais um artigo do Presidente da Fundação Piratini afirmando que ela está viva, forte, modernizada, com nova programação. Então, não vai acabar a TVE e FM Cultura, não é? Eu queria também concordar, Paulo, com que nada indica que o Governo gastará menos com comunicação, e talvez a intenção seja esta mesmo: incidir sobre a programação e a comunicação.

A palavra está à disposição. Eu combinei com o Eduardo que ele prefere escutar para depois construirmos um encaminhamento, pois não estava apropriado do tema. Estamos muito contentes que tenha vindo representar o Secretário de Cultura.

O Sr. Ademir Medeiros está com a palavra.

O SR. ADEMIR SEBASTIÃO MEDEIROS RODRIGUES: Boa noite a todos e a todas. Eu estava antes tendo o privilégio de ouvir sozinho o Raul Ellwanger, enquanto esperava vocês – nós chegamos mais cedo. Conversando com ele, eu referia uns momentos da minha juventude, da minha infância quando tinha algumas palavras que a gente usava e que eu achava que estavam erradas, porque toda vez que eu ligava o rádio ou eu via um programa de televisão estas palavras eram trocadas por outras. E é nos espaços como na TVE e na FM Cultura que a gente ouve falar em pandorga, em funda e ouve elementos com os quais a gente se identifica; ouve falar de lugares onde a gente mora, onde a gente passa; ouve falar de pessoas que a gente conhece; ouve falar de referências que têm uma ligação com a nossa existência, com o nosso viver, com o nosso fazer, com a nossa Cidade, com o nosso Estado. É um absurdo a gente ver que este pequeno espaço onde a gente pode ter algum ganho na luta contra a dominação cultural o Governo ache que é caro. Eu vejo que, cada vez que a gente liga o rádio inadvertidamente em qualquer outra sintonia do dial, a gente vê que praticamente a música daqui não existe, a música brasileira tem pouco espaço; no audiovisual, a mesma coisa. O Rio Grande do Sul é como

se não produzisse nada, se a gente não liga no que é nosso, se a gente não liga na TVE. Então, eu estou desesperado, porque é uma coisa que o tempo todo a gente percebe o quanto um pensamento empobrecido, simplificador das realidades nos vai massacrando todos os dias, e cada vez que a gente participa de um evento como este ouve coisas diferentes, conversa com pessoas que têm um pensamento crítico, lê algum artigo e tal, a gente encontra um vizinho, um colega de trabalho que não participa desses espaços e, às vezes, parece que a gente não consegue mostrar os elementos diferentes, porque eles estão afogados num pensamento empobrecido, numa incapacidade de ter um pensamento crítico, ou com a consciência de que nós não existimos praticamente, que nós não fazemos nada, que nós não temos cultura, que nós não temos música, nós não produzimos audiovisual, nós não produzimos cultura porque, se a gente não ouve a FM Cultura e não vê a TVE, praticamente que a cultura não existe aqui. A cultura existe em São Paulo, no Rio de Janeiro, nos Estados Unidos, na Europa e tal e aqui não existe cultura, não existe pensamento crítico, não existe nada. Nós, aqui, somos receptores das grandes indústrias da produção de audiovisual, da cultura massificada e tal. Então, eu fico temeroso de que, poxa vida, até essa janela vai acabar? A gente pode admitir que isso possa acontecer aqui? Assim, nas nossas barbas? Nem todos nós temos barbas, mas tudo bem. Em defesa da FM Cultura e da TVE estamos até fazendo camisetas em casa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ademir. Pensei que tu ias fazer referência a um programa específico que alarga a visão do tradicionalismo, essa nossa identidade do gaúcho, enfim. O Guilherme Castro, cineasta, está com a palavra.

O SR. GUILHERME CASTRO: O pessoal insistiu para eu falar, eu não ia falar, eu não preparei exatamente uma fala aqui. Estamos lembrando, aqui, de tudo o que aconteceu desde que se anunciou a extinção. Ao mesmo tempo, temos que lembrar que essa extinção já estava prevista, estava já na linha do horizonte há muito tempo, desde outros governos. Esse tema do sucateamento e da ameaça de extinção da fundação não surgiu com o Governo Sartori; isso já vinha se protelando, e, conforme o gestor – eu trabalhei na TVE em duas gestões –, houve bastante investimento, teve aquela vontade, aquele entendimento da importância da manutenção do espaço público de comunicação, que é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

isso que se coloca. E as pessoas que falaram antes de mim colocaram muito claramente essa discussão. Eu queria colocar duas questões: uma, que ficou muito clara, a gente sabe desde o início isso, que esse tema tem uma capacidade muito grande de mobilização da comunidade cultural, porque todos percebem, todos são afetados pela ameaça à nossa cultura como uma coisa mais intrínseca, mais real, mais do dia a dia. Isso está muito bem colocado e me parece que a justificativa para a defesa como patrimônio imaterial está dada. Isso é bastante claro. O que aconteceu, que a gente percebeu também, enquanto comunidade cultural há uma disposição de mobilização e houve uma mobilização muito grande de diversas pessoas, de diversas áreas, diversas gerações de artistas que estiveram conversando com os deputados, lá na Assembleia, com os servidores que estavam com a gente nesse trabalho, levando argumentos, e não foi possível convencê-los porque há um convencimento ideológico; não havia como mostrar, por números, provar por A mais B, como era irrisório, como era equivocado, como vai fazer mal para a nossa cultura porque havia uma questão ideológica dada, já estabelecida, que está dentro de todo o contexto que estamos vivendo, de que não tem que ter Estado, que tem que deixar tudo para o capitalismo. E a gente pergunta: bom, vai ter capitalismo para dar conta de tudo isso? Até agora não teve, vai ter que haver uma mágica em que o Brasil vai virar Inglaterra de uma hora para outra. Não vai.

Eu falo no meu nome, inclusive não estou hoje em nenhuma entidade da cultura, já estive em várias, mas hoje não represento nenhuma entidade da cultura, mas há condições das instituições representativas assinarem essa iniciativa; construirão isso e assinarem. Isso aí tem que ser construído, e há algumas pessoas aqui que têm contatos, há vários sindicatos, várias organizações que já apoiam, nessa fundamentação que já está dada, que é essa importância mais profunda, no sentido mais amplo do nosso patrimônio cultural. E eu não fui chamado, não sei o porquê, para conversar com o Presidente da Fundação, porque ele tem chamado várias pessoas para conversar, para explicar o projeto. Então, eu não conheço o projeto que eles estão apresentando, mas me parece algo completamente infactível, irreal e que compromete completamente o caráter público dessa comunicação. Não estão em questão os canais, evidentemente, está em questão a comunicação pública. Então, assim, é muito fácil falar e dizer que vai fazer e tal, mas a gente conhece o mercado de televisão, sabe como é que funciona, não existe de onde sair essa mágica. Então isso é uma questão que não dá para embarcar e que está sendo

falada de uma maneira velada, então tem que se trabalhar nesse tema mesmo, como foi trabalhado aqui. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Guilherme. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todas e todos, queria cumprimentar a Mesa: Cristina Charão, Paulo Gilberto, Gabriela Barenho, Eduardo Paim e Ver.^a Sofia Cavedon, que preside os trabalhos. E gostaria de trazer dois comentários com relação, primeiro, ao tema da audiência, à fala da Cris, com relação ao novo modelo que o Sartori está mentindo, de novo, para a população. Porque mentiu no momento da votação da extinção das fundações dizendo que seria uma economia de R\$ 180 milhões. Primeiro, demitir pessoas nunca pode ser tratado como economia, destruir a cultura, destruir o patrimônio, destruir a história de todos nós, não é? Quantos, de nós, não conheceram algumas bandas, ou tiveram amigos, ou tiveram pessoas que tiveram espaço nos programas da TVE, da FM Cultura? Muitas vezes nós mesmos aqui tivemos pautas relativas ao Município, guardada com os nossos jornalistas, no sentido de ter um espaço para o debate e, ao mesmo tempo, espaço para o nascimento e consolidação de novos artistas. Mas independente disso, do ponto de vista financeiro é uma mentira descarada, porque a economia, entre aspas, trabalho, comunicação pública e direitos nunca, para nós, significa economia, mas, enfim, é irrisório perto do que o Estado gasta mesmo comprando materiais publicitários para discutir, para vender a ideia de seu pacote, com o que gasta com diária, com o que gasta com passagem, com o que gasta com cargos em comissão. E isso é muito aquém, mesmo que cortasse esses privilégios, que obviamente nós defendemos, os privilégios dos CCs, das viagens e passagens etc., não resolveria o problema estrutural da crise do Estado, que tem a ver com essa agiotagem que a União fez ao longo dos anos com o governo estadual, fruto de um acordo nefasto entre o Brito e o Fernando Henrique na década de 1990. Uma dívida que só aumentou, com juros estratosféricos, e que o Estado segue pagando, e a dívida segue aumentando. Ela foi contraída em R\$ 9 bilhões e agora é de R\$ 54 bilhões, e ela sempre foi paga. Então, olha, é uma insanidade, é uma agiotagem, é tratar o Estado como um banco trata a nossa população, lamentavelmente, porque a taxa de juros é regulada pelo Estado, mostra

como o Estado defende os interesses privados, não é? E depois, a Lei Kandir, que tirou essa questão dos impostos sobre a exportação, e o Estado nunca foi ressarcido. Então para enfrentar esse tema estrutural é preciso medidas estruturais no sentido de garantir mais recursos para o Estado poder investir. Mas o Governo, junto com o Temer, agora negocia uma renegociação da dívida que pressupõe garrote, demissões, ataque ao funcionalismo, privatizações, que é o que está na agenda, lamentavelmente, do nosso Estado. Então o pacote foi feito em cima de um monte de mentiras e essa questão do novo modelo de gestão é transformar comunicação pública em comunicação estatal. Algo que é comandado pelo gabinete do Governador é comunicação estatal, não é comunicação pública, absolutamente distinta e, aliás, o contrário da comunicação pública, quem defende a democratização dos meios de comunicação.

Então, obviamente, nós apoiamos e votaremos a ideia da TVE e da FM Cultura como patrimônio material e imaterial do Estado e do Município de Porto Alegre. Isso não é nenhuma novidade. A Bancada do PSOL, obviamente, vai estar junto com vocês nessa luta, na votação da Moção, que acho que está para segunda-feira, de apoio aos trabalhadores da TVE, acho que vai ficar para segunda-feira, não é Sofia? E obviamente nós vamos votar e fazer o debate. Mas o fundamental, neste momento, junto com estas iniciativas, é fortalecer a mobilização, porque essa vitória na Justiça é muito importante. Sabemos que a Justiça, como a sociedade, precisa da mobilização. E nós estamos, neste momento, tanto a TVE como a FM Cultura, com as outras fundações, na mesma situação, felizmente, tiro das iniciativas, acho que foi o Sindicato dos Jornalistas que entrou com o pedido de negociação coletiva para que não houvesse processo de demissões, ter essa unidade com os outros trabalhadores das fundações, no sentido de seguir a mobilização, como teve terça na Praça da Matriz, em outros lugares, outros espaços, para que a mobilização seja concomitante com o processo de defesa da comunicação e também em defesa dos empregos, mais do que isso, em defesa do Estado, porque nós estamos vendo uma destruição da capacidade do Estado que vai fazer falta no presente, mas, sobretudo, no futuro das próximas gerações. E a gente sabe que, neste Governo – acho que o Guilherme falava –, teve uma mobilização grande dos Deputados para tentar mudar os argumentos, não foi por argumentos que votaram contra os trabalhadores, foi por uma lógica, uma lógica privatista, uma lógica neoliberal e uma lógica do estado mínimo que eles têm propalado, só que eles têm perdido força, não é? A lista Fachim ajuda com que

eles percam força. A mobilização do MBL, no dia 26 de março, foi um fracasso, felizmente, porque começa a cair a máscara de um movimento que ocupou um espaço contra a corrupção de forma demagógica para defender uma agenda neoliberal de reforma da previdência e de reforma trabalhista. Quando as pessoas viram que a mobilização não era a favor da luta contra a corrupção, mas, na verdade, para defender o Temer e o massacre na previdência, não foram à mobilização. Então eu acho que eles estão perdendo espaço e, ao mesmo tempo, as mobilizações de resistência têm aumentado. Agora, na greve geral, no dia 28, a gente tem que ter força e também ter uma coluna do Estado que nos permita ter essa unidade na mobilização, na luta para tentar frear esses planos neoliberais e, ao mesmo tempo, construir uma nova correlação de forças que favoreça a luta dos trabalhadores e a luta a favor de direitos, porque defendê-los é defender o futuro do direito de todos e todas. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Cara Fernanda, dia 28 é a Greve Geral. O Sr. Alexandre Leboutte está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE LEBOUTTE: Boa noite a todos e todas. Agradeço, mais uma vez, o mandato da Ver.^a Sofia Cavedon; à Ver.^a Fernanda Melchionna pelo acompanhamento, pela presença e pela luta, sempre, de ambas e de seus mandatos em favor da comunicação pública e da promoção da cultura que fazemos lá na TVE e na FM Cultura. Também não ia me escrever para falar, pois os colegas falaram basicamente tudo aqui, acho que só vou fazer uns apontamentos do que talvez tenha passado ou tenha se falado de forma mais superficial, alguns números que temos. É preciso dizer, acho que as Vereadoras Sofia e Fernanda já tinham dito com relação ao projeto que é ideológico, sim, como já tinha dito o Guilherme também. Ainda antes de o Governo apresentar o projeto de extinção das Fundações, nós propusemos reuniões com a Casa Civil para apresentar números, e o que pensávamos que podia ajudar no financiamento das emissoras públicas, inclusive buscamos iniciativas que o próprio Parlamento gaúcho já tinha tentado, lá pelos anos 80, como buscar parte do financiamento das emissoras por meio de um percentual fixo da publicidade do Estado na Fundação Piratini. Na época, 1983, o Deputado Carlos Araújo, do PDT, apresentou uma proposta, que pretendia que pelo menos 10% da publicidade do Estado fosse para a Fundação Piratini. O que aconteceu foi

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

que, como tinha vício de origem, não pode ir adiante, mas propusemos isso para o Governador Sartori e não conseguimos ser ouvidos. Fizemos várias outras propostas para conseguir subsidiar, custear as duas emissoras, que não fosse só o recurso do orçamento estadual. Vale lembrar que o orçamento do Governo do Estado para publicidade, para este ano, era em torno de R\$ 80 milhões, segundo a licitação feita no ano passado, que, se somadas aos recursos de publicidade feitos, por exemplo, do Banrisul, que é da ordem de quase R\$ 40 milhões, só esses dois valores investidos em publicidade já davam para bancar todas as nove Fundações que estão em processo de extinção. Então, apresentamos alternativas e claro, há toda a possibilidade de combater a sonegação, essa discussão com relação à busca de recursos da Lei Kandir, e as isenções fiscais, tudo isso poderia ser discutido antes de acabar com as Fundações. Mas o Governo não quis nos ouvir. Com relação às emissoras, o que temos ali? Agora o Governo mudou o discurso, ele realmente disse, inicialmente, que iria acabar com os dois canais. Em entrevista do Secretário Carlos Búrigo e do Vice-Governador Cairolí, eles diziam que as emissoras iam ser fechadas e as concessões devolvidas para o Governo Federal. O que aconteceu? Aconteceu que a gente estava impedido de entrar para trabalhar, depois da votação do PL nº 246 que autorizou as extinções; estávamos impedidos de entrar na Fundação Piratini, como já foi lembrado aqui, vários camburões na frente nos impedindo de trabalhar, mas conseguimos uma liminar judicial, e eles tiveram que conviver conosco lá dentro, e estão tendo que conviver diariamente. Então, veio esse plano B que, na verdade, sempre esteve ali, nós conhecíamos, mas que era um plano de disputa dentro do Governo: os que queriam acabar definitivamente com as emissoras e os que queriam ganhar com elas, que era esse grupo que criou a Associação de Amigos lá na TVE e na Rádio, na Fundação Piratini. Nós não nos chamamos de Associação de Amigos da TVE e da FM Cultura, nos chamamos de Associação do PMDB, porque o Presidente é filiado ao PMDB; o Vice-Presidente da Associação é o Flávio Dutra, que foi coordenador da campanha do candidato do PMDB aqui, Sebastião Melo, à Prefeitura. E toda a diretoria dessa Associação de Amigos é de quadros vinculados ao partido do Governo atual, que exerceram funções de chefia, CCs, de diretorias nas gestões onde o PMDB governou – que foi com o Antônio Britto, o Germano Rigotto, e agora são pessoas que estão na gestão do Sartori e também alguns que estiveram no Governo Yeda, mas são todos vinculados. Com esse grupo que entrou agora, depois da autorização de extinção, a então

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

Presidente, Isara Marques, não quis voltar, ficou com vergonha de conviver com a gente diariamente, e o Orestes, que estava na Secretaria de Comunicações, assumiu a presidência. E, de lá para cá, ele vem tentando vender a ideia - e que os meios de comunicação privados estão comprando, estão divulgando para suas audiências - de que a TVE e a TV Cultura estão num novo momento, num novo modelo de gestão, numa nova programação mais sustentável. Primeiro, que não é nova programação, a programação continua sendo a mesma, eles apenas mudaram alguns horários; mudaram alguns programas de nome; juntaram o nosso telejornal do meio-dia, que tinha 30 minutos, com o telejornal da noite que tinha 30 minutos; fizeram um de meia hora à noite e mudaram o nome para Panorama. Colocaram outros programas que já estavam na grade e que eram feitos e continuam sendo feitos pelos servidores do quadro efetivo, de concursados. E aqui até não quero reclamar de CCs, porque sempre passaram bons CCs pela Fundação Piratini de vários governos, muitas contribuições vieram. No caso, o que está acontecendo agora, é que a nova direção da Fundação tenta vender a ideia de que estão fazendo uma programação nova e mais sustentável. Então, a programação não é nova, ela continua a mesma, mudaram nome e horário de alguns programas. Não é mais sustentável; o que eles dizem é que estão captando recurso pela Lei Rouanet. Sempre pôde e sempre foi feito, o que acontece é que nesta gestão um projeto de captação pela Lei Rouanet já aprovado pela Fundação Piratini, para o CNPJ da Fundação Piratini, foi transferida a sua titularidade para a Associação de Amigos. Recursos já captados foram colocados na mão de terceiros, uma entidade privada que contrata quartos, que contrata quintos. E aí uma coisa errada: se há muitos intermediários no caminho, abre a possibilidade de coisas erradas acontecerem. Esse recurso poderia ter ido diretamente para a Fundação Piratini, nós, os trabalhadores preparados, que estamos lá, poderíamos fazer os programas. Mas houve a intenção deliberada do atual Governo, da atual gestão, de transferir recurso público para uma entidade privada, capitaneada por pessoas filiadas, ligadas ao partido o Governador Sartori. Então, é um embuste, é uma falácia, e acho até que tem que ser investigado isso.

Com relação ao custo da programação. O atual Presidente vive dizendo que o custo é muito alto, que tem um número de servidores muito alto, mas ele sempre esquece de falar que a TVE produz a maior quantidade de área de programação própria. Nós temos também a TV Record que produz programação própria, mas são programas estendidos,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

ao vivo, de jornalismo com entretenimento, e com mistura de *show* sobre violência e outras coisas, é uma programação bastante diferente do que a gente produz. Nós sempre estivemos entre a primeira e a segunda emissora com maior número de programação própria, nós em média mais de quatro horas diárias de programação. Então, não é agora com a atual gestão, nós já tivemos mais programação própria do que estamos fazendo agora. E também temos a segunda maior rede instalada de retransmissoras para todo Estado. Tem-se que dizer que esta segunda maior rede de retransmissoras, ela é de retransmissora com sinal analógico, e que deliberadamente a atual gestão resolveu desligar e tirar a possibilidade de o Interior do Estado receber a programação por TV aberta. Só quem já conseguiu migrar para o sinal digital, comprar equipamentos de TV digital, é que pode receber ou quem tem TV a cabo. Então, tem uma série de falácias da atual gestão que infelizmente a gente tem dificuldade de furar o bloqueio dos veículos privados. A gente consegue um minutinho, às vezes, aqui, um minutinho ali, uma linha em algum jornal, enquanto que o Governo consegue ficar bombardeando diariamente que eles estão fazendo uma nova programação mais sustentável. Não é verdade.

Por último, eles dizem também que estão inovando com parcerias, com TVs universitárias, com associações do Interior do Estado. É outra falácia, isso sempre foi feito; desde que eu entrei, eu entrei há mais de 15 anos, por concurso também, na TVE, e já se fazia isso. Na época, se mandava fita por ônibus, a UPF TV mandava fita por ônibus para veicular aqui na TVE. Hoje, e de lá para cá, obviamente, as redes de comunicação pela internet facilitaram esse trânsito, e isso fica mais fácil de fazer agora, mas não é novidade nenhuma. Só o tempo vem melhorando a possibilidade de fazer essas parcerias. Então, a gente tem tentado, claro, que o foco aqui era falar sobre o patrimônio, mas como as colegas já falaram sobre o patrimônio, eu resolvi fazer esta fala, para desconstruir o discurso atual da Diretoria da Fundação Piratini e do Governo do Estado, porque é um conjunto de falácias. Se as pessoas buscarem informações, se forem na nossa página do nosso movimento no Facebook ou vierem conversar com a gente, nós temos muitos dados. Temos muitos prêmios nos últimos anos, programação hiperpremiada, diversificada, que já foi falado pelos colegas também; programa de cultura negra; programa infantil sem propaganda, sem insistir que as crianças consumam e consumam e consumam; então, nós temos todas as razões. O que eu já disse na outra vez em que estive aqui a respeito da memória da TVE e a FM Cultura, que nós temos de

grandes artistas, que lá atrás ninguém conhecia e depois se tornaram grandes artistas, como Renato Borghetti, Yamandu Costa, quando era um pré-adolescente, tocando com o pai dele no programa do Glênio Fagundes. A gente tem hoje um acervo, uma memória do Estado que emissoras privadas não conseguem ter, porque eles só colocam, só dão espaço para artistas depois que as carreiras já estão mais ou menos constituídas. E a gente coloca os artistas quando eles estão no início de suas carreiras. Por isso, a memória que a gente produz na TVE e na FM Cultura, tanto a que nós temos lá, mas como a que a gente constitui diariamente, produzindo a memória que vai ser a memória lá no futuro, é uma memória diferente das emissoras privadas. Nós precisamos resguardar este espaço de comunicação pública, porque assim, a gente vai resguardar um espaço de memória não mediado pelo mercado, e sempre com aquela tensão com os Governos, mas que a gente consegue resguardar um espaço público e plural. É isso, obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Leboutte. Então, eu quero fazer o registro aqui de que Ver. Marcelo Sgarbossa tem um compromisso em Sapucaia, estava representado aqui pela assessora Estela. Há duas sugestões, duas ordens de encaminhamento, eu vou passar para o Eduardo para ver se ele aceita uma proposta. Então, primeiro, nós estamos recebendo aqui, o Leboutte registrou nos nossos canais, uma denúncia importante, Ver.^a Fernanda. Eu creio que há indícios de imoralidade, porque há o uso de patrimônio público por uma instituição privada, há um repasse de um convênio com a Lei Rouanet, há uma autorização da Lei Rouanet de recursos federais, e me parece que nós podemos encaminhar uma denúncia ao Ministério Público de Contas do Estado e ao Ministério Público Federal. Então, acho que nós poderemos fazer juntas e outros Vereadores que queiram nos ajudar. Nós estamos registrando, estou com a assessoria aqui, vamos construir esta representação nesses órgãos e encaminhar. Então, aqui, eu estou assumindo esta responsabilidade, a Ver.^a Fernanda está assumindo junto comigo, e nós, se vocês tiverem outras evidências, nós queremos que nos passem para a gente poder formular esta representação de maneira rápida. Fica muito claro, nós representamos ao Ministério Público de Contas, por exemplo, a presença da Comunitas e da Falconi em Porto Alegre. Eu sei aqui e não quero criar nenhum constrangimento ao nosso representante da nossa Secretaria Municipal da Cultura, porque ou se formaliza

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017

uma relação público-privada ou ela é ilegal ou imoral, enfim, aqui está denunciado o perfil político-partidário. Então, são possíveis, sim, parcerias desde que processos legais públicos e republicanos se realizem, e nós sabemos disso. Enfim, a segunda questão, o encaminhamento então é sobre o tema do patrimônio. Então, eu já passei para o Eduardo, já li no início, o tema do tombamento imaterial, tem uma legislação municipal específica e dois artigos da Constituição Federal que nos dão base para solicitar ao Município. Art. 30 (Lê.): “Compete aos Municípios: IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. E o art. 216 (Lê.): “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Depois tem ainda (Lê): “Constituem direitos culturais garantidos pelo Estado: o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais [parece feito ou falando da TVE e da FM Cultura]; o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais [o que fazem essas duas entidades!]; acesso ao patrimônio cultural do Estado, entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense”. Essas previsões estão na Constituição Federal, depois tem previsão na Lei Orgânica Municipal – não vou cansar vocês lendo, mas vou passar as cópias. Eu estava conversando com os sindicatos e tenho certeza que a gente pode constituir um bom dossiê e apresentar à Secretaria Municipal de Cultura. Queria que os trabalhadores da Fundação pudessem aceitar esse desafio - pode ser, Leboutte? Vocês ficam na responsabilidade de constituir esse dossiê, do que caracteriza todo esse patrimônio e precisamos uma entidade para representar - temos aqui os sindicatos dos jornalistas e dos radialistas -, com certeza nós temos entidades da sociedade civil, precisamos organizar isso; aí, Eduardo, vocês vão receber. Passo a palavra para o Eduardo, para ver se aceita esse encaminhamento ou dá outro

tipo de encaminhamento, para que a gente possa sair com uma ação concreta desta Audiência Pública. O Sr. Eduardo está com a palavra.

O SR. EDUARDO GARCEZ PAIM: Boa noite a todos, queria cumprimentar todos aqui presentes, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver.^a Fernanda Melchionna, e dizer que vim aqui em substituição ao Secretário Luciano Alabarse, que está com uma questão de saúde, ele gostaria de estar aqui nesta discussão. Quero dizer que há momentos em que é melhor e mais produtivo a gente ouvir mais do que falar, e eu acho que o momento de hoje foi um desses, ouvi atentamente a todas as falas, estive observando, escutando, e nada melhor do que ouvir aqueles que estão vivenciando essa realidade e, enfim, nós vamos, sim, levar isso, Ver.^a Sofia, o gabinete está aberto, tu já estiveste lá, e a gente vai dar segmento para essa discussão e ver como é possível criar uma alternativa para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Eduardo. Considero que nós ficamos com a responsabilidade de acolher e agendar essa entrega do dossiê, vamos organizá-lo rapidamente, porque vocês já organizaram muitos materiais. É bom que neste dossiê tenham imagens, registros, a quantificação e a qualificação do que constitui esse patrimônio imaterial. Até pode se discutir o tema do prédio, mas tem a propriedade do prédio, e esse é um outro movimento sobre o patrimônio material em si. Há um acervo muito importante que constitui também essa questão da materialidade.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A área e prédio são federais. Pelo menos deixou de ser do INSS e passou para a EBC – que está com todos os problemas que está!

Com esses encaminhamentos, queria agradecer a presença de todos e todas, acho que está bem o encaminhamento assim, acho que não é preciso fazer um retorno à Mesa. Boa noite, bom descanso, boa luta e bom sucesso, como diz o Raul Ellwanger!
Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h41.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 12ABR2017
